

ANTROPOLOGIA, EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE NO CONTEXTO AMAZÔNICO

Jussiana Vieira Dourado¹

RESUMO: O presente artigo propõe uma discussão acerca do impacto da cultura na eficácia do processo de alfabetização e letramento no contexto ribeirinho da região Amazônica. Aborda os elementos culturais dos povos ribeirinhos, no intuito de identificar os desafios no processo de ensino-aprendizagem para os povos de tradição oral, analisando os pontos de tensão no processo educacional proposto para essa realidade. Discute sobre o processo de alfabetizar letrando na realidade ribeirinha do Amazonas; as dificuldades enfrentadas quando não há interação entre as vivências e suas relações sociais com os conhecimentos sistemáticos e desfragmentados. Além do mais, propõe a necessidade de uma educação diferenciada, pautada na educação intercultural. Por fim, ressalta a necessidade da defesa de direitos, o respeito à diversidade e as relações de alteridade entre os povos nessa era da globalização.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; ribeirinhos; alfabetização e letramento; interculturalidade.

ANTHROPOLOGY, EDUCATION AND INTERCULTURALITY IN THE AMAZON CONTEXT

ABSTRACT: In this article we propose a discussion about the impact of culture on the effectiveness of the process of teaching basic literacy and encouraging true learning in context among riverine people in the Amazon region. We look at cultural elements of the riverine people, hoping to identify the teaching and learning challenges for a people from oral traditions, analyzing the points of tension in the process proposed for this reality. We look at the process of learning in the reality of the riverine world of the Amazon; the difficulties encountered when there is no interaction between the local people's life experience and the systemized, defragmented knowledge from outside. In addition, we propose the necessity of a different approach, an intercultural education. To finalize, we reaffirm the need for the defense of human rights, respect for diversity, and empathy between peoples in this era of globalization.

KEYWORDS: Anthropology, riverine people, literacy and learning, interculturality.

INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, diversidade e respeito são palavras de ordem nos mais diferentes grupos onde os avanços tecnológicos caracterizam uma era de hiperconexão (*iDisorder*). Os povos tradicionais da floresta amazônica são conhecidos por seus saberes e grande valor atribuído às tradições. Como interligar mundos aparentemente opostos em um

¹ Especialista em Antropologia Intercultural. E-mail: jussiana2010@gmail.com



processo de comunicação eficaz? No âmbito educacional, quais são as implicações dessas diferenças no processo de alfabetização e letramento?

O interesse pelo tema foi despertado no ano de 2012, após o contato inicial com uma turma multisseriada, com a realidade de crianças e adolescentes entre 5 a 16 anos frequentando a escola por cinco anos ou mais nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sem adquirir as competências básicas de leitura e escrita, a inexistência de material didático adequado ou contextualizado e os professores utilizando metodologias que não consideram seu contexto local. Dessa forma, o presente trabalho, embora não tenha como principal fonte de dados a abordagem etnográfica, a observação *in loco* dos aspectos culturais e educacionais dos ribeirinhos da comunidade de Jacarezinho, no Lago Grande do Rio Manacapuru, Município de Caapiranga, AM, fomentaram esta pesquisa e apoiam os trabalhos consultados.

Tendo em vista essa realidade, esse artigo propõe uma abordagem para a seguinte questão de pesquisa: qual o impacto da cultura na eficácia do processo de alfabetização e letramento em uma escola ribeirinha na região Amazônica? Nessa perspectiva, o objetivo desse trabalho é investigar o impacto dos aspectos culturais dos povos tradicionais da Amazônia que podem tornar o processo de ensino-aprendizagem eficaz ou irrelevante. Assim, a partir de uma reflexão sobre cultura, a proposta é apontar os elementos culturais dos povos ribeirinhos, no intuito de identificar os desafios no processo de ensino-aprendizagem para os povos de tradição oral, analisando os pontos de tensão no processo educacional proposto para essa realidade, visando também a construção de uma proposta pedagógica que aborde caminhos possíveis para que o processo de ensino-aprendizagem seja, de fato, relevante e eficaz para a realidade ribeirinha do Amazonas.

As indagações a esse respeito são inevitáveis: por que a cultura, como uma facilitadora na aquisição de novos conhecimentos, é ignorada no atual modelo proposto para a realidade amazônica? Quais os resultados seriam provenientes de uma educação intercultural? É possível que através da valorização da cultura local, o processo de ensino-aprendizagem se torne mais eficaz? Quais os caminhos a serem percorridos? Cabe ressaltar, que, não se propõe com esse trabalho apontar soluções mágicas e respostas prontas a esses questionamentos. Ao contrário, a abordagem visa repensar os caminhos percorridos, na



expectativa de que a práxis utilizada na beira do rio assegure uma educação de qualidade para esses *curumins* e *cumbantanbas*².

Para a presente pesquisa, foram utilizados os dados e interpretações de pesquisadores como Laraia (2009), Sidekum (2013), Lidório (2008), dentre outros, que propiciaram os diversos conceitos de cultura, bem como as revisões do termo, face aos novos avanços tecnológicos. Sobre a cultura dos povos ribeirinhos da região amazônica as informações de Wagley (1988), Rodrigues (2015), e outros pesquisadores, foram de fundamental importância para a compreensão desse universo tão peculiar. Além disso, foram apresentadas as ideias da educação diferenciada, pautada nos estudos de Ferreira (2001), Cortesão & Stoer (1999) e Oliveira Filho (2010), que propõem uma reflexão que viabilize uma prática pedagógica pautada na interação dos conhecimentos dos próprios agentes sociais e suas vivências diárias.

Com base nessa realidade, surgiram diversos questionamentos quanto ao processo de alfabetização e letramento das crianças e jovens ribeirinhos da comunidade de Jacarezinho e, nesse aspecto, as teorias de Magda Soares (1998) serão a base teórica dessa temática, pois, ao longo dos anos vem pesquisando e contribuindo significativamente para a compreensão do tema. Por fim, ressalta quais seriam os resultados provenientes de uma educação intercultural, conforme Lopez (2007), Candau (2008), Hall (2003), dentre outros.

Dessa forma, esse artigo é relevante para um crescimento pessoal e profissional não apenas pela aquisição de conhecimento, mas, sobretudo, pela experiência adquirida nos compartilhamentos de saberes. Mergulhar no universo ribeirinho proporciona o conhecimento dessa realidade e, também, o anseio por compreender o outro, suas percepções de mundo, suas linguagens, as fronteiras erguidas do encontro com o diferente. Nessa perspectiva, refletir sobre essas questões pode ser um caminho viável para a valorização dos povos ribeirinhos, a afirmação de sua identidade, bem como suas tradições e riquezas culturais. Aliada a essas questões, o debate trará uma reflexão sobre a práxis pedagógica atual, no intuito de conscientizar todos os envolvidos no processo de alfabetização e letramento dos desafios que precisam ser superados para que as crianças

² Palavras de origem tupi que designam, de modo geral, as crianças: o menino é o *curumim* e a menina é chamada de *cumbantanba*.



ribeirinhas tenham o direito garantido de serem alfabetizadas na idade certa, com suas origens respeitadas e valorizadas.

Por fim, navegar por esses canais trará contribuições teóricas relevantes também para a academia e para aqueles que realizam estudos sobre essa temática. A presente pesquisa, portanto, constitui-se um instrumento científico visando a defesa de direitos, o respeito à diversidade e as relações de alteridade entre os povos.

COMUNICAÇÃO E TRANSMISSÃO DE SABERES: REFLEXÕES SOBRE OS RIBEIRINHOS DO AMAZONAS

A diversidade cultural dos povos ao redor do mundo é indiscutível. Diferentes culturas, hoje, dividem espaço em um processo de hibridismo cultural característico da nossa geração, não devendo haver entre elas nenhuma superior ou inferior à outra. Nesse processo de troca, como afirma Laraia (2009, p. 52) “toda a experiência de um indivíduo é transmitida aos demais, criando assim um interminável processo de acumulação”. Onde, para Vannucchi (2002) a partir desse processo dinâmico, o homem se identifica e se modifica de acordo com as suas necessidades.

Nesse sentido, para Geertz (1989), o homem está amarrado às teias de significados que ele mesmo teceu e, a partir dos processos vivenciados é preciso considerar os humanos em toda a sua trama (espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, as maneiras de viver e conviver; os sistemas políticos, jurídicos, religiosos, econômicos e sociais; as tradições; os valores; e as crenças). Geertz assumiu a cultura como sendo essas teias e a sua análise como uma ciência interpretativa, à procura de significados, ao abordar suas teorias, estaremos percorrendo os caminhos das mudanças ocorridas pelas relações de troca, intervenções, diálogos e interpretações, e nessa caminhada, o olhar sobre o outro deve ser “por sobre os ombros daqueles a quem esta cultura pertence”.

Nesse sentido, uma das propostas desse trabalho é analisar os caminhos percorridos pelos povos de tradição oral, especificamente, os ribeirinhos do Amazonas, no que se refere à transmissão e recepção das informações, perpassando as interpretações realizadas, bem como as associações que são feitas para que de fato se tornem relevantes na cultura local.

Sobre esse aspecto, Lidório (2008) aborda que há uma clara diferença entre informação, interpretação e associação. Segundo ele, a informação é uma mensagem



transmitida a outro, independentemente da forma - verbal, não verbal, escrita, encenada, etc.- e, o individuo só compreende as informações que possuam um paralelo com um valor já estabelecido e internalizado em sua cultura. Já a interpretação ou a decodificação da informação, segundo o autor, se dá a partir dos elementos e códigos já conhecidos em nossa própria cultura, dessa forma, a informação precisa ser passada de forma próxima o suficiente para ser decodificada usando os códigos que já são utilizados no dia a dia e, caso contrário, não haverá compreensão da informação. Por fim, a associação se dá quando, uma informação é recebida, compreendida e interpretada, ou seja, a associação é a aplicação de códigos compreendidos e interpretados da informação.

Portanto, nessa era de intercâmbio cultural, a comunicação eficaz pode ser definida como “um processo em que uma informação (formal ou informal) é transmitida, decodificada, interpretada e associada ao universo de quem a recebe.” (LIDÓRIO, 2008, p. 13). Nessa perspectiva, faz-se necessário uma incursão sobre o entendimento atual de cultura, interculturalismo ou multiculturalismo, cultura ribeirinha e seus processos de ensino-aprendizagem, no intuito de uma maior eficácia nos processos de comunicação realizados nas beiras dos rios.

Breve olhar sobre os conceitos

Olhar o outro, seus valores e tradições, sempre despertou fascínio de muitos e, ao longo da história, estudos foram realizados e conceitos formulados na tentativa de compreender os mais variados grupos, bem como suas diferentes culturas.

Laraia (2009) cita a trajetória e evolução do termo cultura ao longo do tempo: no final do século XVIII e início do XIX era utilizado o termo “kultur” ao se referir aos valores espirituais em um povo ou nação. Já o termo francês “civilization” transmitia a ideia do desenvolvimento estrutural de uma nação. Segundo ele, Edward Tylor sintetizou as duas expressões em “culture”, originando várias escolas e pensamentos que se distinguiram no estudo e pesquisa das distinções e semelhanças do homem em seus diversos segmentos. Assim, a primeira definição de cultura foi formulada por Tylor como sendo todo comportamento aprendido, assimilado, avaliado e sujeito também a progressos; independe de uma transmissão genética.

Outra definição bastante plausível foi dada por Paul Hiebert (1999, p. 30) que define cultura como “os sistemas mais ou menos integrados de ideias, sentimentos, valores e seus



padrões, associados de comportamento e produtos, compartilhados por um grupo de pessoas que organiza e regulamenta o que pensa , sente e faz”.

Em termos práticos, para Laraia (2009) esses sistemas culturais estão sempre em mudança e, entender esta dinâmica é de suma importância para atenuar o choque entre as gerações e evitar julgamentos preconceituosos. Além disso, segundo ele, da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender essas diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema e, que estão em constante mudança.

Na busca por essa compreensão, a definição do termo, assim como a própria cultura, não permaneceu estático. Sidekum (2013) aborda que atualmente, muitas das definições normalmente aceitas de cultura encontram-se, em plena revisão, isso se deve ao impacto crescente das novas tecnologias da informação na produção social da cultura. Cita a conferência mundial de políticas culturais ocorrida no México em 1982, que considerava a cultura como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade e/ou grupo social, incluindo modos de vida e sistemas de valores, as tradições e as crenças. No entanto, esclarece que nos tempos atuais o mundo do ciberespaço constitui-se em fonte de novas manifestações culturais, ou seja, as tecnologias da informação veem contribuindo massivamente para o surgimento de uma nova cultura coletiva. O autor prossegue definindo a cultura como uma elaboração comunitária onde os indivíduos se reconhecem e assimilam significações comuns ao mundo que os rodeia. Retrata que tradicionalmente a produção social da cultura tem suas fontes em âmbitos históricos e áreas geográficas específicas, marcadas pela presença de povos ou etnias. Contudo, afirma que nas últimas décadas do século XX, esta forma secular de produção da cultura está perdendo vigor, surgindo a necessidade de encontrar novas categorias de análise dos fenômenos emergentes, pois, as novas tecnologias da informação possibilitaram que milhões de pessoas ao redor do mundo pudessem interagir entre si, surgindo novas identidades nos mais diversos grupos sociais.

Dessa forma, Sidekum declara que a identidade de um grupo social é contínua e constantemente construída e reconstruída, num intenso processo de interação social, onde, nenhuma cultura pode escapar da influência da globalização e, tendo em vista o desenvolvimento das novas tecnologias, sugere a busca do equilíbrio entre a globalização e a



riqueza da diversidade cultural, apontando o diálogo como parte fundamental nesse processo.

Afirma que o diálogo entre culturas não impede que as raízes culturais com os antepassados, as tradições e os valores sejam rompidas; ao contrário, deve-se entender que, assim como eles se adaptaram às circunstâncias do mundo da época, todos devem abrir-se às culturas de hoje, estimulando a abertura para o outro, respeitando as diferenças.

Por fim, a pesquisa prossegue para o universo cultural do homem brasileiro, em particular, o ribeirinho do Amazonas, sua formação e cultura. Para Lidório, esse homem brasileiro, devido à sua complexidade, necessita ser observado antes da devida abordagem, uma vez que, “compreender esse homem e os elementos construtores de sua identidade social, bem como seu perfil cultural, ajuda na comunicação da mensagem, de modo que ela faça sentido e seja traduzida para o dia a dia do ouvinte.” (2011, p. 162).

A cultura ribeirinha: formação e adaptações ao longo da história aos dias atuais.

[...] os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a partir da relação com a natureza, da forma de comunicação, do uso das representações dos lugares, do tempo, da integração com a água e dos conhecimentos dos sistemas classificatórios de fauna e flora, que formam um extenso patrimônio cultural (CHAVES, 2001, p. 73).

Os estudos do antropólogo americano Charles Wagley (1988) apresentam-se atuais, no sentido de fornecer uma ampla visão do homem ribeirinho, sua formação e adaptação ao contexto da floresta tropical. A região amazônica brasileira formou, no decorrer dos últimos três séculos, um modo de vida distintamente tropical com a fusão das culturas indígena-americana e portuguesa, portanto, a obra abordada aqui, é uma visão geral da adaptação do homem a esse ambiente tropical.

Wagley detectou que a situação global da Amazônia brasileira passou por enormes transformações e, que as novas sociedades que surgissem nesse ambiente teriam por base o conhecimento que o povo dessa região acumulou durante séculos, dos tempos aborígenes ao presente.

A obra é um estudo da cultura do homem do vale amazônico do Brasil. E, dentre outros aspectos, faz os seguintes questionamentos:

O que é que representa uma ‘boa vida’ para o homem da Amazônia? Em outras palavras, quais são seus incentivos, suas motivações, sua escala de valores? Qual a forma local das instituições fundamentais e universais-



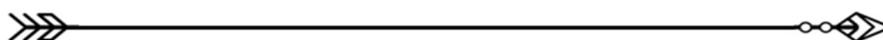
família, igreja e governo- pelas quais o homem de toda parte organiza sua vida? Qual tem sido a relação econômica e política da Amazônia para o resto do mundo? (WAGLEY, 1988, p. 40).

Na tentativa de responder a esses e outros questionamentos, o autor reitera que qualquer ideia nova só será aceita se, na cultura preexistente, houver uma base que torne útil o elemento, onde os métodos precisam agradar o povo. Cita o exemplo para o contexto, de que o solo ser mais produtivo para plantação de batatas não basta para persuadir um povo cujo prato preferencial é o arroz. Isso se deve ao fato de que o homem não é um ser racional no sentido de que seu comportamento é sempre motivado pelo seu sentido e sim, que seu “interesse” é determinado pelos valores de sua cultura particular, cultura essa que não é transmitida de maneira mecânica, e sim, uma vez aceita, torna-se parte de sua cultura e por ela são modificados.

Wagley menciona que nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos padrões de sua cultura, afinal, todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região: a forma como os habitantes de uma região ganham a vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de determinadas culturas.

O autor faz uma incursão na própria formação da cultura brasileira contemporânea, que é formada pela fusão de três tradições culturais: a europeia com suas tradições, linguagem e instituições leigas e religiosas, os indígenas que habitavam a região antes da chegada dos portugueses e também grande a influência do negro africano, tornando o Brasil uma nação de acentuadas diferenças regionais produzidas por diversas circunstâncias. A região amazônica, isolada por tanto tempo dos centros da técnica e da ciência, conservou muitas crenças e magias dessas três tradições culturais.

Nesse aspecto, Wagley aponta que no vale amazônico persistiu a herança indígena do Brasil, fato comprovado e descrito na maneira de viver das pessoas, em sua alimentação, nas suas crenças populares e em sua religião, afinal, grande parte descende de índios. “Formara-se assim, uma cultura regional, fundamentalmente europeia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazônia e pelas culturas nativas da região.” (p. 60)



Parte dessas influências indígenas podem também ser facilmente identificadas na linguagem, no dialeto incorporado no dia a dia, conforme exemplos citados por Carvalho (2014): chibé (bebida indígena, feita da mistura da farinha d'água, consumida depois de refeição, durante o trabalho na roça e nas viagens), tapiri (acampamento provisório em viagens), jirau (armação de varas amarradas com cipó semelhante a um estrado), dentre outros..

Por fim, o antropólogo americano prevê que as transformações deverão chegar, e indiscutivelmente chegarão à região amazônica e outras áreas semelhantes, no entanto, sugere que as ideias e métodos novos devem integrar-se no âmago da cultura anterior, afinal, a tradicional cultura popular da região amazônica, construída, como é, com a experiência de várias gerações, devem ser conservados.

Desse modo, na visão da amazonense e, naturalmente, conhecedora da cultura local, Rodrigues (2015), as populações da Amazônia são exímias detentoras de conhecimentos, saberes, habilidades, costumes e valores, construídos e transmitidos por diversas gerações, que determinaram e determinam hoje os modos de vida adaptados ao complexo meio ambiente da região.

Corroborando os estudos de Wagley, a autora aponta pesquisas desenvolvidas sobre a Região Amazônica afirmando ser esta formada inicialmente por povos indígenas, os quais constituíam sociedades hierarquizadas de famílias extensas, reitera também que a região vem passando por um processo de miscigenação entre os diversos grupos tradicionais existentes, sobretudo a partir do século XVI.

Assim, declara poder-se afirmar que o homem amazônico, particularmente o homem ribeirinho, é hoje resultado de muitas misturas, entre diferentes povos e culturas: os remanescentes de quilombos do século XIX, migrantes nordestinos que resistiram ao declínio do ciclo da borracha (primeira metade do século XX) e incontáveis comunidades ribeirinhas que conservam tradições amazônicas por gerações, bem como grupos procedentes não somente dos estados do nordeste, mas também de Minas Gerais, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Imersa no universo amazônico, a autora trata de vários estudos afirmando que a realidade das populações tradicionais, em particular, a das populações ribeirinhas é caracterizada pela modalidade peculiar de organização no que se refere à relação que os



ribeirinhos estabelecem com a natureza e entre si, como a forma de comunicação, o uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas, na relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formando um extenso patrimônio cultural.

Outro autor que também traz contribuições para o entendimento do homem ribeirinho é Loureiro (2009), quando aborda que a população da Amazônia auxiliou-se do meio da biodiversidade para desenvolver um significativo conhecimento produzido por índios, caboclos, negros e outros, a partir da vivência e da relação estabelecida com a natureza; integrando-nos, em sua vivência cotidiana, como elementos vivos da cultura.

Da mesma forma, para Lima (2004), os ribeirinhos são identificados como uma população tradicional, orientada por valores que regem um modelo de comportamento comunitário dos recursos naturais. Condição essa corroborada por Corrêa (*apud* SILVA, 2005), ao explicar que o termo ribeirinho pode ser entendido como uma categoria que permaneceu às margens dos rios, muitas vezes afetada pela negligência das políticas públicas e sociais, à revelia da expansão de projetos agropolíticos e de debates, mas, que nos últimos tempos, vem transformando esse cenário.

Em termos práticos, Lima (2011) faz uma abordagem atual e concisa a respeito de uma definição do homem ribeirinho, quando diz,

[...] entendo por populações ribeirinhas aqueles que vivem às margens de rios e afluentes, igarapés, povoados, vilarejos, cidades-floresta que produzem sua subsistência no cultivo da terra, que caçam, pescam, coletam frutos e tubérculos, navegam pelos rios em canoas a remos ou em pequenos barcos a motor, vivendo de acordo com as peculiaridades regionais de onde retiram os recursos para sua sobrevivência, inclusive as especiarias como as ervas medicinais, madeiras, óleos, essências. São também comerciantes, aposentados, funcionários públicos, empresários, aquele que tem uma palafita coberta de palha, compra produtos da cidade e fala no celular com o parente distante e que vê e acompanha as últimas notícias do Brasil e do mundo pela internet, televisão aberta ou canal fechado de última geração. (LIMA, 2011, p. 55)

Diante do que fora exposto, não seria, portanto, as populações ribeirinhas do Amazonas um forte grupo étnico da região?

Nesse entendimento, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social, ou seja, a característica da auto atribuição e da atribuição por outros a uma categoria étnica. Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e



seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmo e outros, com objetivos de interseção, eles formam grupos étnicos nesse sentido mais organizacional. Mediante os fatores mencionados, poder-se-ia dizer, portanto, que os ribeirinhos do Amazonas formam um grupo étnico específico, com mais um elemento diferenciador que é a tradição oral.

A linguagem nas salas de aula do contexto ribeirinho

Retomando os estudos do Lidório (2011), entende-se que a sociedade brasileira tornou-se uma sociedade simbólica e contadora de histórias, devido ao longo processo de miscigenação entre os segmentos culturais que valorizam o simbolismo para transmitir valores e construir sua identidade grupal. Faz também referência ao uso que o homem brasileiro faz dos hemisférios, que embora use o esquerdo, mais analítico, se comunica amplamente utilizando o hemisfério direito, global, por meio de histórias contadas e vividas.

Assim, as sociedades com forte presença de simbolismo dificilmente observam um valor a partir dele mesmo, e sim a partir dos fatos da vida. E, para se comunicar bem e de maneira marcante, é preciso tornar-se contador de histórias.

Dessa forma, entende-se que antes de expor conceitos humanos á sociedade brasileira, nesse caso em especial aos ribeirinhos do Amazonas, faz-se necessário observar de perto esse segmento, distinguir suas nuances e desenvolver a abordagem e o método de comunicação, lembrando que “o homem brasileiro, urbano ou rural, é um ser contador de histórias e aprende por meio delas.” (LIDÓRIO, 2011, p. 161).

No que se refere ao povo ribeirinho do Amazonas, Rodrigues (2015) declara ser possível destacar que na cultura desses agentes sociais as formas de relações sociais são repassadas de geração a geração bem como os saberes e habilidades, como a fabricação de canoas, produção de farinha, uso artesanal dos cipós, dentre outras habilidades, cuja transmissão e aprendizado acontecem através da tradição oral, que se constitui como importante ferramenta de comunicação, não só entre indivíduo de uma mesma geração, mas entre várias gerações. Neste caso, para a pesquisadora o conhecimento é intergeracional, ou seja, expressa o que foi difundido na coletividade. Dessa forma, a oralidade é uma das principais ferramentas de repasse dos conhecimentos herdados e desenvolvidos pelos antepassados da própria comunidade, e transmitido às várias faixas etárias.



Portanto, entende-se que as populações ribeirinhas desenvolveram uma capacidade de transmitir conhecimentos, crenças, leis e costumes aos descendentes e membros da família e da comunidade, através das conversações diárias realizadas nas práticas da vida cotidiana, tendo por base as interações cotidianas entre os diferentes membros dos grupos domésticos, sem estabelecer limites entre faixas etárias, o que permite que crianças, jovens, adultos e idosos vivenciem ricos intercâmbios. (RODRIGUES, 2015, p. 128)

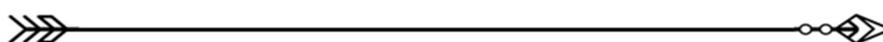
No que se refere à educação, ainda com base em Rodrigues, nesse tipo de sociedade o ensino deve ser pautado, em grande parte, nas necessidades materiais e sociais do grupo que compõe e forma a comunidade, tendo como base os elementos simbólicos inerentes à cultura local, para que haja uma eficácia maior nesse processo. Caso contrário, para Lidório (2011) o ensino conceitual de desenvolvimento e de exposição de valores dissociado de uma abordagem simbólica, isto é, da valorização da cultura oral, trará resultados insignificantes para essa população.

Portanto, para o contexto educacional ribeirinho, espera-se uma educação mais eficaz para essas crianças, principalmente a utilização das novas teorias de alfabetização e letramento, onde não basta mais o sujeito apropriar-se apenas das habilidades de ler e escrever, é preciso participar ativamente de situações de uso de leitura e escrita como práticas sociais, ou seja, fazer uso do ler e escrever em contextos reais, enfatizando a contextualização e as interações com outros contextos culturais.

No entanto, observa-se que a cultura ribeirinha tão rica e diversificada, não está sendo utilizada no atual modelo educacional proposto. Diante disso, quais os caminhos a serem percorridos?

Paulo Freire, em sua obra clássica *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* declara e questiona “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos. Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles tem como indivíduos?” (1996, p. 30). E, no contexto ribeiro, porque não utilizar as experiências de vida e os mecanismos de aprendizagem que são mais eficazes para o grupo?

O desafio atual, ainda que já amplamente discutido, abrange a busca de respostas aos questionamentos: Qual o papel da cultura oral na perspectiva da sociedade letrada? Quais



as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores a fim de formar um aluno ribeirinho realmente letrado, porém, com suas origens e tradições respeitadas?

Repensar esses desafios e dificuldades enfrentadas no contexto educacional ribeirinho, sumariamente, recai sobre as mudanças que se tornam necessárias na linguagem utilizada nas salas de aula, a fim de inserir o aluno no mundo letrado, ampliando assim, suas possibilidades de descobertas e interação com o meio, não abrindo mão da cultura local. Portanto, um caminho viável a ser percorrido é o respeito à diversidade e as relações de troca realizadas entre os grupos. Na visão de Aranha (1989, p. 272) “(...) os educadores devem superar a postura autoritária e, abertos ao diálogo, saber ouvir o próprio povo”.

No interior do Amazonas, bem como em todo o território brasileiro, durante muito tempo a alfabetização foi vista apenas como uma prática tradicional e mecânica, na qual eram utilizadas cartilhas como instrumento fundamental neste processo, consistindo basicamente em atividades de decodificação e memorização de letras, sílabas e palavras soltas, sem significado algum para o aluno, levando-o a se tornar um indivíduo passivo, que repetia apenas o que o professor lhe transmitia, os alunos não possuíam voz própria ou história de vida respeitada.

Esse ensino tradicional de alfabetização centrado na fragmentação em que primeiro se aprende a “decifrar” um “código” a partir de uma sequência de passos, etapas, para só depois se ler, não garantiu a formação de leitores e escritores competentes, capazes de ler

efetivamente e produzir textos em diferentes contextos e situações de comunicação e, atualmente a valorização do contexto e interesses do próprio aluno vem contribuindo para uma nova forma de trabalhar em sala de aula, baseada em diferentes gêneros textuais, no qual, o professor parte do texto para depois explorar as unidades menores, enfatizando a contextualização, compreensão e a interpretação dos mesmos.

Para entender como ocorre o processo de alfabetizar letrando é importante conhecer o significado de cada conceito expresso por Soares (1998): “Concebemos a alfabetização como um processo de aprendizagem, de habilidades necessárias para o ato de ler e escrever, e letramento como o estado ou a condição do sujeito que incorpora práticas sociais de leitura e escrita”. Então alfabetizar é tornar o sujeito capaz de dominar o código



alfabético que corresponde compreender o alfabeto, fonemas e grafemas, ou seja, a arte da escrita propriamente dita. Letrar é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto social, o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita.

Entretanto, fica evidente que alfabetização e letramento são processos distintos e inseparáveis, pois é importante para o educando compreender os sinais da língua escrita, como também conhecer os diferentes textos que circulam na sociedade. Sendo assim, separar alfabetização e letramento é ignorar a formação plena do aluno enquanto sujeito que constrói conhecimento.

No processo de alfabetizar letrando a escola deve priorizar um ensino centrado no letramento, cabendo ao professor repensar a sua prática dentro dessa proposta, abrindo mão de metodologias ultrapassadas para se adaptar a nova realidade da sociedade atual. Mesmo que não consigamos mudar totalmente a forma de ensinar, é preciso um novo olhar, um novo caminho para conduzirmos de forma correta o processo de alfabetização, pois atualmente não basta ao aluno saber apenas ler e escrever de forma mecânica, decodificando e codificando letras e sons, este modelo de aluno se tornou insuficiente para atender as demandas da sociedade e do mundo em que vivemos.

Como ressalta Soares (2000.p.42) “alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e escrita”. Para alfabetizar letrando, o professor deve pesquisar a história sócio cultural do meio onde o aluno vive, ultrapassando assim os limites da escola, ensinando o aluno a ler, escrever, compreender, refletir e interpretar o mundo, oferecendo uma educação diferenciada, que valorize a cultura local. Para Vygotsky (1991, p. 168), “o conhecimento se dá na interação do sujeito com o meio; sendo a vivência tão importante para essa transformação” e é nesta interação que ocorre o processo de letramento.

METODOLOGIA

O presente trabalho tem primeiramente, como fonte de dados a observação direta *in loco* dos aspectos culturais e educacionais dos ribeirinhos da comunidade de Jacarezinho, no Lago Grande do Rio Manacapuru, Município de Caapiranga, AM. Uma comunidade tipicamente ribeirinha, formada por doze famílias e uma escola municipal que recebe alunos das comunidades circunvizinhas de Jacitara, Santa Maria, Passarinho, Palhinha, Biquara, Catinguinha e Rosa de Sarom.



O interesse pelo tema surgiu após o contato inicial com uma turma multisseriada, no ano de 2012 e, acompanhando a realidade local de crianças e adolescentes entre 5 a 16 anos, alguns fatores se destacaram: alunos frequentando a escola por cinco anos ou mais nas séries iniciais do Ensino Fundamental, sem adquirir as competências básicas de leitura e escrita, bem como, inexistência de material didático adequado ou contextualizado sendo utilizado nas salas de aula; ocasionando inúmeras dificuldades para os alunos de cultura oral, que não assimilam os códigos da nossa língua escrita, uma vez que os professores utilizam metodologias que não consideram seu contexto. Dessa forma, a escola ribeirinha utiliza-se de materiais de outras realidades e, mesmo os conceituados “com e para a Educação no campo”, pertencem a outras realidades do Brasil rural e não aos povos ribeirinhos; entre outros.

Muitas das informações foram adquiridas no período de quatro anos de convivência na comunidade, nos mais variados contextos e situações: viagens pelo rio, incursões floresta adentro, conversas e reuniões comunitárias, visitas a outras comunidades, trabalho nos roçados e casas de farinha, dentre outras situações do dia a dia. Além disso, a troca de experiências na sala de aula no mesmo período não foi menos intensa: a curiosidade sobre o “mundo lá fora”, as dificuldades de aprendizagem, a aquisição da leitura e escrita, o fascínio pelas histórias dos livros, o orgulho pela própria cultura, dentre outros.

Foram utilizados os dados e interpretações de pesquisadores como Larraia (2009), Sidekum (2013), Lidório (2008), dentre outros, que propiciaram os diversos conceitos de cultura, bem como as revisões do termo, face aos avanços tecnológicos e a era da hiperconexão, isso, no intuito de propiciar o reconhecimento das diferenças, a valorização do outro e o intercâmbio entre os variados grupos sociais.

Sobre a cultura dos povos ribeirinhos da região amazônica as informações de Wagley (1988), Rodrigues (2015), e outros pesquisadores, foram de fundamental importância para a compreensão desse universo tão peculiar, desde a sua formação, as transformações ocorridas ao longo do tempo, até chegar aos dias atuais, numa tentativa de entendimento sobre quem é o ribeirinho do Amazonas hoje: um grupo étnico de tradição oral, conforme Rodrigues (2015), McLuhan (1977), e outros, inserido no processo de globalização, com dificuldades no processo de alfabetização e letramento.



Além disso, foram apresentadas as ideias da educação diferenciada, pautada nos estudos de Ferreiro (2001), Cortesão & Stoer (1999) e Oliveira Filho (2010), que propõem uma reflexão que viabilize uma prática pedagógica pautada na interação dos conhecimentos dos próprios agentes sociais e suas vivências diárias.

Com base nessa realidade, surgiram diversos questionamentos quanto ao processo de alfabetização e letramento das crianças e jovens ribeirinhos da comunidade de Jacarezinho. Nesse aspecto, as teorias de Magda Soares (1998) serão a base teórica dessa temática, pois, ao longo dos anos vem pesquisando e contribuindo significativamente para a compreensão do tema. Além do mais, suas publicações têm despertado maior interesse no campo teórico, motivando outros pesquisadores e, conseqüentemente, novas ideias e teorias.

Assim, este artigo visa, além de propor uma reflexão sobre a cultura ribeirinha, bem como sua valorização, identificar os desafios do letramento para os povos de tradição oral, analisando os pontos de tensão entre o processo de letramento proposto na realidade ribeirinha do Rio Manacapuru-AM e, abordando possíveis caminhos no processo de alfabetização e letramento que de fato sejam relevantes e eficazes para a realidade ribeirinha do Amazonas; visa também uma discussão acerca da alfabetização e letramento na perspectiva de Magda Soares, suas singularidades e intenções. Discute sobre o processo de alfabetizar letrando e, além do mais, perpassa em questionamentos como o fazer pedagógico na transformação do conhecimento sistemático em práticas sociais letradas e suas implicações no dia a dia do sujeito.

Com tais informações, a proposta foi analisar como interligar mundos aparentemente opostos em um processo de comunicação eficaz e, no âmbito educacional, quais são as implicações dessas diferenças no processo de alfabetização e letramento. Por fim, ressalta quais seriam os resultados provenientes de uma educação intercultural, conforme Lopez (2007), Candau (2008), Hall (2003), dentre outros.

POR UMA EDUCAÇÃO DIFERENCIADA

A problemática das relações entre escola e cultura é inerente a todo processo educativo. Não há educação que não esteja imersa na cultura da humanidade e, particularmente, do momento histórico em que se situa. A reflexão sobre esta temática é co-extensiva ao próprio desenvolvimento do pensamento pedagógico. Não se pode conceber



uma experiência pedagógica “desculturizada” em que a referência cultural não esteja presente. (CANDAUI, 2005, p.41)

É crescente em nossa sociedade atual as questões referentes às diferenças culturais e suas inter-relações, inclusive no âmbito escolar. Entretanto, apesar do discurso quanto ao respeito a essa diversidade, não se pode negar que em inúmeras situações e contextos alunos/as são objetos de discriminações e exclusões na dinâmica escolar, que, muitas vezes não consegue trabalhar com essas diferenças.

Se referindo ao contexto latino-americano, a pesquisadora Emília Ferreiro (2001) aborda a dificuldade da escola pública, desde o início de sua institucionalização, de trabalhar com as diferenças, quando afirma:

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX e herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos, considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade a homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar estes cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças. (FERREIRO apud Lerner, 2007, p. 7)

Dentre os inúmeros contextos educacionais do Brasil, pode se dizer que os povos ribeirinhos do Amazonas estão inseridos nesse grupo, quando não há interação das suas tradições e valores nos processos educacionais, quando dentro das salas de aula com suas paredes de madeira acontece o que Luísa Cortesão (Cortesão & Stoer, 1999) intitula de “daltonismo cultural”, ou seja, a impossibilidade de reconhecer as diferenças culturais presentes no cotidiano das salas de aula.

Atualmente, espera-se que o trabalho com a Educação Básica em todo o país esteja pautado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº. 9394/96), destaca-se, também, no atual contexto da Educação Infantil no Brasil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que aponta metas de qualidade que possam contribuir para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades. O Referencial visa também propiciar o acesso e a ampliação, pela criança, dos conhecimentos da realidade social e cultural. No entanto, o que as escolas têm oferecido às crianças? Qual a dimensão do currículo proposto?



Nesse sentido, Oliveira Filho (2010) propõe uma reflexão que viabilize uma prática pedagógica pautada na sistematização dos conhecimentos dos próprios agentes sociais, mediante suas vivências e suas relações sociais. Dessa forma, a educação diferenciada, no processo ensino e aprendizagem, revela a base real de sua existência, entendida como “processo de construção da sua identidade coletiva, pressupondo a elaboração de estratégias de autoidentificação e de reconhecimento em contexto de contradição” (p. 94).

Nessa perspectiva, Oliveira Filho aborda que a educação escolar indígena e ribeirinha (grifo meu), nesse caso o processo ensino-aprendizagem, é um desafio para os sujeitos envolvidos no processo: professor, aluno e comunidade. Como realizar um trabalho pedagógico de alfabetização e letramento respeitando as raízes de seu povo, os diferentes saberes, cultura, língua e tradição? Como articulá-los com outros conhecimentos?

Para Piaget, “as interações são cruciais para a construção dos sentimentos sociais e morais, valores e competência social e intelectual da criança” (PIAGET *apud* DE VRIE e ZAN, 1999, pág.61) e, entende-se que nesse processo, a educação intercultural permite que as diferentes culturas sejam compartilhadas em um movimento de valorização e intercâmbio dos saberes, atenuando os choques entre as diferenças.

Para Lopez (2007), hoje é crescente o número de países que veem na educação intercultural uma possibilidade de transformação, uma vez que propicia “abertura diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso, e na atualidade, construção de novos modos de relação social e maior democracia.”

Portanto, diante do que foi exposto, um caminho possível a ser trilhado para a superação dos desafios sociais e educacionais dessa era das tecnologias e interações entre os povos, é a educação intercultural, definida por Candau (2008, p. 243), como sendo “a mais adequada para a construção de sociedades democráticas que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento dos diferentes grupos culturais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho em questão, foram analisados alguns dos impactos da cultura na eficácia do processo de alfabetização e letramento em uma escola ribeirinha da região Amazônica. Abordados os elementos culturais dos povos de tradição oral, foram



identificados os desafios a serem superados para que a proposta educacional seja eficaz e relevante.

A discussão acerca dos processos que envolvem alfabetizar letrando certamente não se esvaziará, pois abrange muitos aspectos no campo da educação; contudo, frente aos objetivos traçados e leituras realizadas para a elaboração deste artigo, conclui-se que a Alfabetização não pode continuar como etapa isolada na vida de uma criança ribeirinha, é necessário vê-la de forma mais abrangente, contribuindo de forma efetiva na autonomia, criticidade e ação do sujeito, formando com isso, uma sociedade brasileira letrada, capaz de pensar e agir em favor de si mesmo, agir em favor dos outros.

Faz-se necessário defender uma ruptura no sistema de ensino e propor que todos os envolvidos no processo de transmissão de conhecimentos, abordem o cultivo das relações interpessoais, e o aprender a conviver, construindo relações de alteridade, fundamental na resolução positiva dos conflitos, mesmo diante da realidade complexa e conflituosa, muitas vezes resistente às mudanças.

Diante do apresentado, pode-se reconhecer que desafio educativo do século XXI para os povos ribeirinhos, na era da globalização, envolve uma mudança na linguagem utilizada nas salas de aula às margens dos rios, onde, a valorização das tradições e saberes locais com os saberes provenientes de outros contextos, poderão ser mais eficazmente assimilados através da proposta de uma educação intercultural, visando a construção de sociedades democráticas que articulem políticas de igualdade com políticas de identidade e reconhecimento dos diferentes grupos culturais.

Não é uma tarefa fácil conciliar uma nova proposta de educação com o modelo já existente e estigmatizado, no entanto, diferentes experiências atestam ser possível oferecer uma educação diferenciada, portanto, mais eficaz, com uma maior coerência entre os saberes dos educandos e os saberes que a escola oferece.

No entanto, há que se ter claro as inúmeras possibilidades de continuidade da pesquisa, uma vez que esse estudo aborda apenas os desafios na educação intercultural ribeirinha hoje. Muitas ações estão sendo desenvolvidas e outras tantas ainda precisam ser tomadas para promover a interação das tradições e valores nos processos educacionais. Faz-se necessário, portanto, para o contexto ribeirinho do Amazonas, assim como para o contexto indígena e outros grupos, com todas as suas peculiaridades, uma educação



diferenciada, que respeite e valorize suas singularidades, a fim de se obter resultados mais plausíveis.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. São Paulo. Moderna, 1989.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n. 37 – jan.-abr. 2008.
- CARVALHO, Marcelo. **Inverso: diálogos indígenas no alto rio negro**. São Gabriel da Cachoeira: Instituto Antropos, 2014.
- CHAVES, M. P. Socorro Rodrigues. **Estudo das condições de vida das populações e das formas de manejo dos recursos naturais do Parque Nacional do Jaú**. Relatório Final do Projeto Janelas para Biodiversidade – Área Sócio-Ambiental. Fundação Vitória Amazônica, Manaus- AM, 2001.
- CORRÊA, Ana Maria Maciel. **Permanências e Mudanças Sociais Numa Comunidade Ribeirinha: Colares**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- CORTESAO, L.; STOER, S. **“Levantando a pedra”**: da pedagogia inter/multicultural as políticas educacionais numa época de transnacionalização. Porto: Afrontamento, 1999.
- DEVRIES, Rheta; ZAN, Betty. **A ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FERREIRO, EMÍLIA. **Cultura, escrita e educação**. Porto Alegre: ARTIMED, 2001
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**, São Paulo. Autores associados, 1989.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC. 1989.
- HIEBERT, Paul. **O Evangelho e a diversidade das culturas**. São Paulo: Vida Nova, 1999.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2009.
- LERNER, D. **Ensenar en la diversidad**; conferencia dictada en las Primeras Jornadas de Educacion Intercultural de la Provincia de Buenos Aires, La Plata, 28 de junio de 2007. Lectura y Vida, Buenos Aires, v. 26, n. 4, p. 6-17, dez. 2007.



- LIDÓRIO, Ronaldo. **Antropologia Missionária**. São Paulo: Instituto Antropos, 2008.
- LIDÓRIO, Ronaldo. **Introdução á Antropologia missionária**. São Paulo: Vida Nova, 2011
- LIMA, Deborah de Magalhães. **Ribeirinhos, Pescadores e a Construção da Sustentabilidade nas Varzeas dos Rios Amazonas e Solimões**. In: Boletim Rede Amazônia: Diversidade Cultural e Perspectivas Socioambientais. Ano 3, n. 1, 2004.
- LIMA, Natamias Lopes de. **Saberes culturais e modos de vida de ribeirinhos e sua relação com o currículo escolar:um estudo no município de Breves-PA**. Bélem, 2011.
- LOUREIRO, João de Jesus Paz. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.
- MCLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; SANTOS, Glademir Sales dos; RUBIM, Altaci Corrêa. **Antropologia e educação na Amazônia**. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, 2010.
- RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos tradicionais e mecanismos de proteção: estudo de caso nas comunidades de Ebenézer e Mucujá em Maués-AM**. Manaus: EDUA, 2015.
- SIDEKUM, Antonio (Org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Injuí: Ed. Unijuí, 2003
- SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. Jan./abr. n ° 25.2004.
- VANNUCCHI, Aldo. **Cultura Brasileira: O que é como se faz**. São Paulo: Lojala, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica: o estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.

